

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202405/0873
Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum
Estado: Ativa
Nível Orgânico: Ministério da Saúde
Orgão / Serviço: Direção-Geral da Saúde
Vínculo: CTFP por tempo indeterminado
Regime: Carreiras Gerais
Carreira: Técnico Superior
Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: Detida no lugar de origem até 1 915,46€

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Atividade a exercer: Manter-se atualizado sobre a evolução legislativa e regulamentar nas áreas, especialmente, da sua atividade.
Acompanhar, preparar, desenvolver, elaborar e emitir pareceres técnicos e autorizar substâncias e produtos químicos e biológicos nos termos da lei, designadamente nas áreas dos Regulamentos Biocidas, REACH e CLP, ou outros correlacionados.
Colaborar na avaliação e gestão do risco para a saúde humana nos diversos domínios, nomeadamente das substâncias químicas e biológicas e dos organismos geneticamente modificados.
Assegurar a articulação e a colaboração entre as autoridades intervenientes, nacionais, europeias ou internacionais, governamentais e não-governamentais pertinentes.
Assegurar a preparação de tomada de posição nacional a adotar relativamente à publicação e implementação dos Regulamentos Biocidas, REACH e CLP.
Assegurar, sempre que solicitada, a representação nacional, a nível europeu e internacional, designadamente junto das instâncias da ECHA e da Comissão Europeia (nos vários grupos e subgrupos que se encontram constituídos ou venham a ser constituídos, consoante a matéria objeto de análise), relativamente às matérias abrangidas pelos regulamentos e sua regulamentação de execução Financeira, e respetiva gestão de projetos financiados por fundos europeus.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Farmácia, Biologia, Química ou Engenharia Química

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Saúde	Ciências Farmacêuticas	Farmácia

Ciências

Biociências

Biologia

Tecnologias

Química

Engenharia Química

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção-Geral da Saúde	1	Alameda Dom Afonso Henriques, n.º 45	Lisboa	1049005 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1**Nº de Vagas/ Alterações****Formação Profissional**

Outros Requisitos: Critério de preferência: Competência técnica e aptidão para a preparação, condução e sistematização de reuniões de trabalho multidisciplinares e multissetoriais; Conhecimentos em revisão e edição documental; Fluência da língua inglesa falada e escrita, com elevada capacidade de comunicação verbal e escrita; Elevado domínio de ferramentas digitais na ótica do utilizador: Word, Excel, PowerPoint, Outlook; Aptidão e capacidade de comunicação para trabalhar em equipa; Autonomia, sentido crítico e responsabilidade; Capacidade de adaptação a novos desafios profissionais, responsabilidade e compromissos com o serviço; Experiência profissional nas áreas das atividades a exercer.

Formalização das Candidaturas**Envio de Candidaturas para:** recrutamento@dgs.min-saude.pt**Contacto:** 218430521**Data Publicitação:** 2024-05-22**Data Limite:** 2024-06-06**Texto Publicado**

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 10984/2024/2 no Diário da República, II.ª Série, n.º 99 de 22 de maio de 2024

Texto Publicado em Jornal Oficial: 1 — Nos termos dos artigos 30.º n.º 3 e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro é aberto o procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho para a carreira e categoria de Técnico Superior - área da Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde na Divisão de Saúde Ambiental e Ocupacional da Direção-Geral da Saúde, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente procedimento na Bolsa de Emprego Público. 2 — Consulta prévia: em cumprimento do estipulado no artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, foi consultada a entidade gestora da valorização profissional, que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa. 3 — Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com as atualizações), Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e o Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro). 4 — Número de postos de trabalho a ocupar — 1 (um). 5 — Caracterização do posto de trabalho: carreira e categoria de Técnico Superior – área da Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde na Divisão de Saúde Ambiental e

Ocupacional da Direção-Geral da Saúde. 5.1 — Atividade a exercer: Manter-se atualizado sobre a evolução legislativa e regulamentar nas áreas, especialmente, da sua atividade. Acompanhar, preparar, desenvolver, elaborar e emitir pareceres técnicos e autorizar substâncias e produtos químicos e biológicos nos termos da lei, designadamente nas áreas dos Regulamentos Biocidas, REACH e CLP, ou outros correlacionados. Colaborar na avaliação e gestão do risco para a saúde humana nos diversos domínios, nomeadamente das substâncias químicas e biológicas e dos organismos geneticamente modificados. Assegurar a articulação e a colaboração entre as autoridades intervenientes, nacionais, europeias ou internacionais, governamentais e não-governamentais pertinentes. Assegurar a preparação de tomada de posição nacional a adotar relativamente à publicação e implementação dos Regulamentos Biocidas, REACH e CLP. Assegurar, sempre que solicitada, a representação nacional, a nível europeu e internacional, designadamente junto das instâncias da ECHA e da Comissão Europeia (nos vários grupos e subgrupos que se encontram constituídos ou venham a ser constituídos, consoante a matéria objeto de análise), relativamente às matérias abrangidas pelos regulamentos e sua regulamentação de execução Financeira, e respetiva gestão de projetos financiados por fundos europeus. 6 — Local de Trabalho — O local de trabalho situa-se nas instalações da Direção-Geral da Saúde, na Alameda D. Afonso Henriques, 45, em Lisboa. 7 — Modalidade de relação jurídica de emprego a constituir — Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado. 8 — Âmbito de recrutamento — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o recrutamento é restrito aos trabalhadores com vínculo de emprego público, com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado. 9 — Requisitos de admissão: são requisitos cumulativos de admissão: 9.1 — Os previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; 9.2 — Ser trabalhador com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado previamente estabelecido; 9.3 — Nível habilitacional exigido: ser detentor de Licenciatura ou de grau académico superior em Farmácia, Biologia, Química ou Engenharia Química 9.4 — Critério de preferência: Competência técnica e aptidão para a preparação, condução e sistematização de reuniões de trabalho multidisciplinares e multisectoriais; Conhecimentos em revisão e edição documental; Fluência da língua inglesa falada e escrita, com elevada capacidade de comunicação verbal e escrita; Elevado domínio de ferramentas digitais na ótica do utilizador: Word, Excel, PowerPoint, Outlook; Aptidão e capacidade de comunicação para trabalhar em equipa; Autonomia, sentido crítico e responsabilidade; Capacidade de adaptação a novos desafios profissionais, responsabilidade e compromissos com o serviço; Experiência profissional nas áreas das atividades a exercer. 10 — Posição remuneratória: correspondente à posição remuneratória na situação jurídico-funcional de origem, até ao limite da posição 3.ª da carreira de Técnico Superior e ao nível remuneratório 26 da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, atualizada pelo Decreto-Lei n.º 13/2024, de 10 de janeiro. 11 — Formalização das Candidaturas: 11.1 — Prazo para apresentação de candidaturas — 10 dias úteis, contados da data de publicação do aviso no Diário da República. 11.2 — As candidaturas são remetidas até ao termo do prazo de 10 dias úteis, com a indicação: “curso para Técnico Superior – área da Divisão de Saúde Ambiental e Ocupacional”, para o endereço eletrónico: recrutamento@dgs.min-saude.pt. 11.3 — As candidaturas são obrigatoriamente apresentadas em formato digital e formalizadas através do preenchimento do formulário de candidatura ao procedimento concursal, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, do Ministro de Estado e das Finanças, também disponível na seção de expediente da Divisão de Apoio à Gestão da Direção-Geral da Saúde e na respetiva página eletrónica (<https://www.dgs.pt/a-dgs/recursos-humanos/recrutamento.aspx>), e entregue até ao termo do prazo: 11.4 — As candidaturas deverão ser acompanhadas da seguinte documentação: a) Curriculum Vitae atual, datado e assinado, modelo europass; b) Fotocópia simples e legível do certificado de habilitações académicas; c) Fotocópia simples e legível dos certificados de formação profissional, relacionadas com a caracterização do posto de trabalho a ocupar; d) Declaração emitida e autenticada pelo órgão ou serviço de origem (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), da qual conste: a modalidade do vínculo de emprego público de que é titular, identificação da carreira e da categoria de que o candidato seja titular; a antiguidade na Administração Pública e na carreira; descrição das funções exercidas pelo candidato; menções quantitativas e qualitativas das avaliações do desempenho dos últimos três períodos de avaliação, posição e nível remuneratório e o correspondente montante pecuniário. 11.5. A não apresentação dos documentos exigidos determina a exclusão do procedimento quando a falta impossibilite a sua admissão ou avaliação. 12 — As falsas

declarações prestadas pelo candidato serão punidas nos termos da lei. 13 - Nos termos do disposto na alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 14 - Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita no currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 15 - No presente recrutamento, e considerando que o procedimento é circunscrito a candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, nos termos do artigo 36.º da LTFF, serão utilizados os métodos de seleção obrigatórios de Prova de Conhecimentos (PC) ou Avaliação Curricular (AC), consoante o candidato se inclua, respetivamente, no n.º 1 e n.º 2 do artigo 36.º da referida legislação. Será ainda utilizado como método de seleção facultativo a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC). Apenas os candidatos aprovados no método de seleção obrigatório serão convocados para a realização do método de avaliação facultativo. 15.1. — Prova de Conhecimentos (PC) – Será aplicada aos candidatos que: a) Se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades, diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar; b) Se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas que tenham, expressamente, afastado a avaliação curricular no formulário da candidatura. 15.1.1. — A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da função. Revestirá a forma escrita, efetuada em suporte papel, será de realização coletiva, em data e local a comunicar oportunamente, com questões de desenvolvimento, questões de resposta de escolha múltipla e/ou de verdadeira ou falsa, incidindo sobre conteúdos de natureza genérica e/ou específica, com a duração de 90 minutos, com consulta da legislação/documentação indicada no presente aviso, exclusivamente em suporte papel. 15.1.2. — Na prova de conhecimentos é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. 15.1.3. — A prova de conhecimentos versará sobre as seguintes temáticas, cuja a legislação e documentação se indica: Lei Orgânica do Ministério da Saúde, Decreto- Lei nº 124/2011, 29 de dezembro, na sua versão atualizada; Lei Orgânica da Direção-Geral da Saúde, Decreto Regulamentar n.º 14/2012 de 26 de janeiro e Decreto-Lei n.º 69/2017 de 16 de junho, na versão atualizada; Definição da Estrutura Nuclear da Direção-Geral da Saúde, Portaria n.º 159/2012 de 22 de maio e Portaria n.º 247/2017 de 4 de agosto, na sua versão atualizada; Lei Geral do Trabalho em funções Públicas, Lei nº35/2014, de 20 de junho, na sua versão atualizada; Código do Processo Administrativo, Decreto- Lei nº 134/99, de 22 de abril, na sua versão atualizada. Regulamento (UE) nº 528/2012, do Parlamento Europeu e de Conselho, de 22 de maio de 2012; Regulamento de Execução (UE) nº 354/2013, da Comissão de 18 de outubro de 2013; Decreto-Lei nº 140/2017, de 10 de novembro; (CLP) Regulamento (CE) nº 1272/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008; Decreto-Lei nº 220/2012, de 10 de outubro de 2012, implementação do CLP; (REACH) Regulamento (CE) nº 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006; Decreto-Lei nº 2931/2009, de 13 de outubro, implementação do REACH. 15.2. — Avaliação Curricular (AC) – aplicável aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho publicitado, bem como de candidatos colocados em valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, e que não tenham afastado, por escrito, a aplicação deste método. Na AC serão considerados os seguintes elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar: a) Habilitação académica: grau académico ou sua equiparação legalmente reconhecida; b) Formação profissional: ações de formação e de aperfeiçoamento Profissional relacionadas com as exigências e competências necessárias ao exercício da função; c) Experiência profissional: execução de atividades inerentes ao posto de trabalho em concurso e correspondente grau de complexidade; d) Avaliação de desempenho: avaliações de desempenho obtidas nos últimos 3 ciclos avaliativos. 15.2.1. — Na Avaliação Curricular é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. 15.3. — Posteriormente ao método de seleção obrigatório, será aplicado como método de seleção facultativo a Entrevista de Avaliação de Competências, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º por remissão do n.º 2 do artigo 18.º, ambos da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro. 15.3.1. — Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) - visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente

relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, a qual terá uma ponderação de 40% e tem carácter eliminatório. 16. — Valoração dos métodos de seleção e Classificação Final - A valoração dos métodos de seleção será convertida numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada método, considerando-se a valoração até às centésimas, através da aplicação da seguinte fórmula final: $CF = (AC \text{ ou } PC * 60\%) + (EAC * 40\%)$ sendo que: CF = Classificação Final AC = Avaliação Curricular PC = Prova de Conhecimentos EAC = Entrevista de Avaliação de Competências. 17. — Cada um dos métodos de seleção é eliminatório, sendo excluído do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte. 17.1. — A falta de comparência dos candidatos a qualquer dos métodos de seleção é equivalente à desistência do presente procedimento concursal. 18. — Os candidatos excluídos do procedimento são notificados para efeitos de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro. O exercício do direito de participação dos interessados deverá ser, obrigatoriamente, efetuado através do preenchimento de formulário tipo, disponível na página eletrónica da Direção-Geral da Saúde, em <https://www.dgs.pt/a-dgs.aspx>. 19 — Notificação dos candidatos: Os candidatos são notificados para o endereço eletrónico indicado no formulário de candidatura, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro. 20. — As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e a respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final são publicitadas na página eletrónica da DGS e facultada aos candidatos sempre que solicitada. 21. — Além das comunicações aos candidatos previstas na legislação em vigor, a lista dos candidatos com os resultados obtidos em cada método de seleção intercalar e a lista de ordenação final são publicitadas na página eletrónica no seguinte endereço: <https://www.dgs.pt/a-dgs/recursos-humanos/reclutamento.aspx>, e afixada nas instalações da DGS, sendo esta última publicada na 2.ª série do Diário da República. 22 — Composição do júri: a) Presidente: i) Benvinda Estela Tavares dos Santos, Diretora da Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde da Direção-Geral da Saúde; b) Vogais efetivos: i) Paulo Feliciano de Vilhena Diegues, Chefe da Divisão de Saúde Ambiental e Ocupacional da Direção-Geral da Saúde, que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos; ii) Maria Teresa Pina de Menezes Borges, Técnica Superior da Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde da Direção-Geral da Saúde; c) Vogais suplentes: i) José Eduardo Barroso Almeida Cruz, Técnico Superior do Gabinete de Apoio à Direção - Assessoria Jurídica da Direção-Geral da Saúde; ii) Sátilla Rodrigues Otoni, Técnica Superior da Divisão de Apoio à Gestão da Direção-Geral da Saúde. 23- Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na 2.ª série do Diário da República, por extrato, e na página eletrónica da DGS. 28 de março de 2024. — A Diretora-Geral da Saúde, Rita Sá Machado.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminação da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		